

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO LAZER E SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Recebido em: 15/09/2022

Aprovado em: 02/12/2022

Licença: 

*Marlon Luís Lucchini*¹

Universidade Feevale

Novo Hamburgo – RS – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0050-620X>

*Gustavo Roese Sanfelice*²

Universidade Feevale

Novo Hamburgo – RS – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0159-3584>

RESUMO: O presente estudo, caracterizado como qualitativo, descritivo de revisão, objetiva analisar e investigar a inclusão social de pessoas com deficiência no lazer e a sustentabilidade ecológica por meio de uma revisão sistemática. Buscaram-se os principais trabalhos publicados no período de 2011 a 2022, nas bases de dados CAPES e Scielo. Foram realizadas a análise dos dados e a de conteúdos, para então criarem-se as categorizações, geradas pelos próprios artigos. Os resultados, de forma geral, mostraram que o lazer e a sustentabilidade ecológica desenvolvidos por pessoas com deficiência são pouco explorados. A falta de acessibilidade foi citada nas pesquisas como fator predominante, apesar do conhecimento do direito por lei aos espaços para essa prática. Observou-se que estudos futuros são de extrema importância para a compreensão da relevância do lazer na vida desses indivíduos e da sustentabilidade ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Atividades de lazer. Sustentabilidade ecológica.

SOCIAL INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN LEISURE AND ECOLOGICAL SUSTAINABILITY: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT: This study, which is characterized as qualitative, descriptive of review, aims to analyze and investigate the social inclusion of disabled people in leisure and ecological sustainability by means of a systematic review. The main works published in the period from 2011 to 2022 were searched in the CAPES and Scielo databases. Data and content analysis were carried out, so that categorizations were created, generated by

¹ Mestre em Educação pela Universidade La Salle. Doutorando em Inclusão Social e Diversidade Cultural na Universidade Feevale.

² Doutor em Ciências da Comunicação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e em Inclusão Social da Universidade Feevale.

the articles themselves. The results, in general, showed that leisure and ecological sustainability developed by disabled people are little explored. The lack of accessibility was cited in the surveys as a predominant factor, despite the knowledge of the right by law to spaces for this practice. It was observed that future studies are extremely important for understanding the relevance of leisure in these individuals' lives and ecological sustainability.

KEYWORDS: Disabled people. Leisure activities. Ecological sustainability.

Introdução

A história da pessoa com deficiência é marcada por uma trajetória de exclusão social; entretanto, vários movimentos como a integração e a inclusão têm contribuído para mudanças na melhoria de direitos e condições desses sujeitos (MAZZOTTA, D'ANTINO, 2011). A partir dos anos 70, surgem manifestações mundiais que culminam na regulamentação de leis no Brasil que passam a assegurar a sua participação social (AZEVEDO; BARROS, 2004). Dessa forma, as atividades de lazer tornam-se essenciais para todos, tanto quanto os serviços básicos, como educação e saúde. Os avanços mais recentes referem-se ao contexto educacional com as diretrizes da inclusão escolar.

A pessoa com deficiência possui o direito de ser integrada na sociedade em diversos meios sociais. Abordar o lazer em uma sociedade centrada na concepção de que o trabalho é a única forma de explicar os fenômenos sociais é, no mínimo, um desafio. O lazer é uma necessidade humana (GOMES, 2008) e é direito garantido na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988); como cidadão brasileiro, a pessoa com deficiência tem direito a usufruir de atividades de lazer nos ambientes destinados a ela.

Também é importante destacar que é expressiva a prevalência de pessoas com deficiência, especialmente no Brasil. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), aponta que 17,3 milhões de pessoas declararam ter ao menos um tipo de deficiência, o que corresponde a

8,4% da população brasileira acima de 2 anos de idade. Esse percentual é significativo, principalmente, ao se fazer uma comparação com a população mundial: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas possuem algum tipo de deficiência.

A partir da leitura dos artigos selecionados, a inserção social, as políticas públicas e a acessibilidade ao lazer para pessoas com deficiência foram as temáticas tratadas na maioria deles. Apesar de ser um tema de relevância, estudos que objetivam investigar o lazer de pessoas com deficiência e a sustentabilidade ecológica são escassos ou inexistentes, visto a quantidade de produções encontradas.

Uma das maiores dificuldades das pessoas com deficiência é a falta de acessibilidade aos espaços de lazer. O acesso a muitos locais é considerado inadequado, mesmo existindo leis que regulamentam esse direito, como o acesso a rampas para usuários de cadeira de rodas em espaços públicos. Com frequência, é possível que as pessoas com deficiência enfrentem momentos de estresse ao sair de casa pela necessidade de auxílio de terceiros para essa questão, o que afeta diretamente sua participação em atividades de lazer.

Outro fator importante a ser destacado é o nítido estado de degradação do meio ambiente e a constatação de que a humanidade está caminhando aceleradamente para o esgotamento de recursos indispensáveis à vida humana no planeta. A poluição, o desmatamento e a extinção das espécies têm provocado problemas sérios para nós, humanos, e toda a vida na Terra. Diante disso, percebe-se a necessidade, neste momento, de reverter esse processo de destruição do nosso planeta. Assim, a sustentabilidade ecológica pode ser mais uma estratégia que venha contribuir na conscientização de cidadãos ecologicamente corretos.

Por meio do lazer em ambientes naturais, com a abordagem da sustentabilidade ecológica, busca-se, pelo prazer e pela satisfação pessoal, possibilitar o contato e a ressignificação da natureza, construindo novas formas de sentir, pensar e agir. O contato com a natureza, nos momentos de lazer, pode satisfazer os nossos desejos de harmonia e compromisso com a vida. Para Marinho (2004), há uma crescente demanda pelas atividades de lazer que oportunizam a aproximação do homem e a natureza; essas experiências têm o poder de evocar representações sociais porque resgatam as dimensões de liberdade, de poder, de autorrealização e de autossuperação.

As políticas de lazer e sustentabilidade ecológica deveriam se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência de tal forma que elas possam participar igualmente com as outras pessoas em geral, dentro de uma concepção que associe igualdade de direitos com respeito às diferenças e à diversidade cultural. Infelizmente encontram-se aqueles que colocam o lazer com uma menor prioridade nas conquistas dos direitos, principalmente das pessoas com deficiência.

Diante desses pressupostos, este estudo objetiva analisar e investigar a inclusão social de pessoas com deficiência no lazer e a sustentabilidade ecológica por meio de uma revisão sistemática. O problema dessa investigação é: como os estudos científicos tratam a inclusão social de pessoas com deficiência no lazer e na sustentabilidade ecológica? Os procedimentos metodológicos, descritos a seguir, têm como objetivo buscar na literatura pesquisas publicadas sobre o tema.

Procedimentos Metodológicos

O presente artigo foi realizado por meio de uma revisão sistemática da literatura, conduzida conforme os métodos de *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (MOHER *et al.*, 2009). Para identificar os *abstracts*

sobre a inclusão social, o lazer e a sustentabilidade ecológica, realizaram-se buscas nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de abril de 2011 a abril de 2022. Foram utilizadas as palavras-chave de busca “inclusão social”, “pessoas com deficiência”, “lazer” e “sustentabilidade ecológica”.

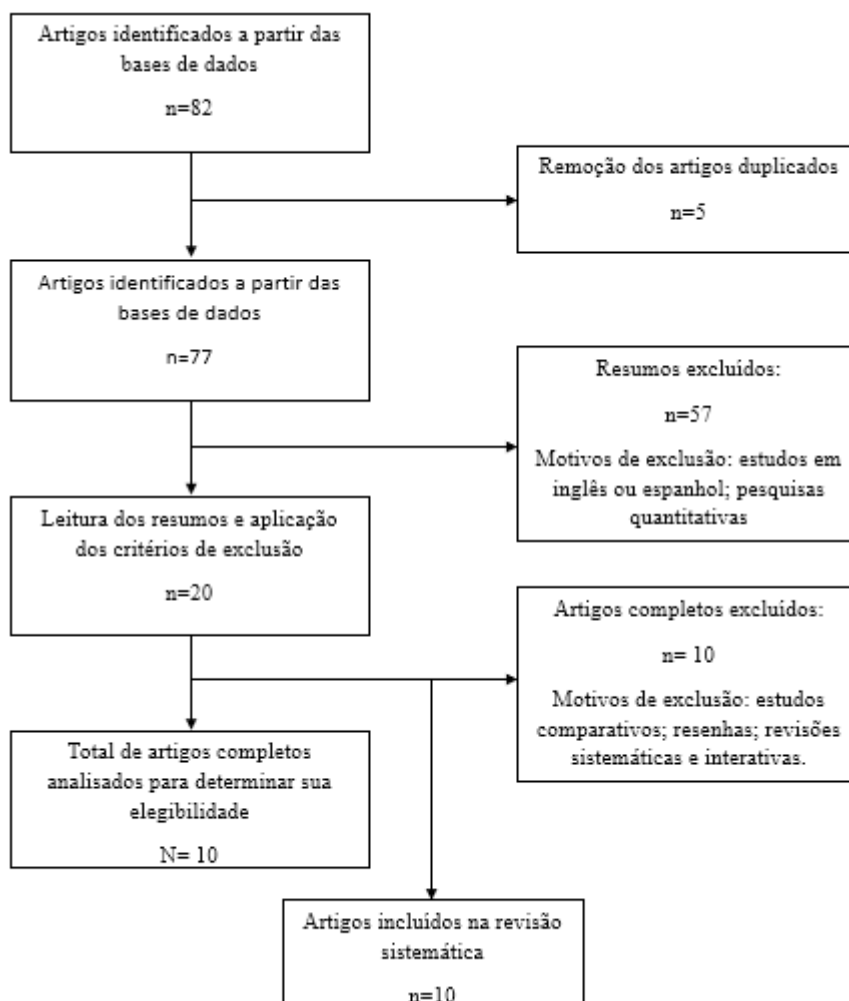
Utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: (a) pesquisas exploratórias com pessoas com deficiência; (b) artigos na língua portuguesa. Como critério de exclusão: (a) estudos comparativos; (b) revisões sistemáticas e integrativas.

A consulta nas bases de dados e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão viabilizou a leitura preliminar dos resumos e a identificação de duplicidade entre as bases, de modo a manter os estudos duplicados em uma única base. Revisaram-se os artigos selecionados e deles extraíram-se alguns itens para análise posterior dos textos completos, quais sejam: (1) Objetivos, (2) Método e (3) Resultados.

Resultados

Finalizada a consulta nas bases de dados, com as palavras-chave supramencionadas, identificaram-se 82 estudos no total. Cinco estudos duplicados foram excluídos das bases de dados, totalizando 77 estudos. Em seguida, foram analisados os títulos e os resumos dos estudos, de forma a eliminar mais 57 estudos, por não se enquadrarem nos critérios de inclusão. Com isso, restaram 20 artigos para leitura e análise. Após a leitura dos artigos na íntegra, foram aplicados os critérios de exclusão, a partir dos quais se retiraram dez estudos por serem estudos comparativos, resenhas e artigos de revisão sistemática ou integrativa. Ao final, foram incluídos dez artigos das buscas relatadas anteriormente. Na Figura 1, é apresentado o fluxograma com a síntese do processo de seleção dos artigos.

Figura 1: Fluxograma da síntese do processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaboração do autor

No quadro 1, são apresentados os artigos que, após minuciosa análise, foram selecionados para o desenvolvimento deste trabalho, dos quais foram extraídas as seguintes informações: os autores, o ano da publicação, os instrumentos utilizados para coleta dos dados, a amostra e os seus principais resultados. Entre os dez artigos analisados, os autores são diferentes. A busca enfocou estudos publicados em um período de onze anos, de 2011 a 2022, justamente o período da criação e implantação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, regido pela Lei Nº 13.146, em que o lazer é abordado como direito, sendo descrito no Art. 42 do Cap. IX (BRASIL, 2015).

Observaram-se três variações de abordagens: sete artigos discutiram acessibilidade, dois estudaram a participação social no lazer e um abordou as políticas públicas.

Quadro 1: Artigos sobre Inclusão Social de pessoas com deficiência ao lazer

Artigo	Autores	Ano e Base	Abordagem e Revista	Considerações
1. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público	Klein; Grigoletti	2021 Capes	Acessibilidade. <i>Pesquisa em Arquitetura e Construção</i>	O artigo teve por objetivo apresentar uma avaliação de acessibilidade espacial, com foco em deficientes físicos, visuais e idosos, realizada no Parque João Goulart, em Santa Rosa, RS, por meio de vistoria técnica.
2. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil	Hino <i>et al.</i>	2019 Capes	Acessibilidade. <i>Cadernos de Saúde Pública</i>	O objetivo do estudo foi analisar a associação entre acessibilidade a espaços públicos de lazer, disponibilidade de equipamentos para atividade física nestes locais e a prática de atividade física no lazer em adultos.
3. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer	Girardi; Rechia e Tschoke	2020 Capes	Acessibilidade. <i>Revista Educação & Formação</i>	Este artigo objetiva discorrer sobre a concepção de acessibilidade para as práticas no tempo/espaço de lazer da pessoa com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, Paraná.
4. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de parques de Curitiba, PR	Cassapian e Rechia	2014 Capes	Acessibilidade. <i>Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar</i>	Este artigo buscou refletir sobre a relação da acessibilidade de alguns espaços públicos de lazer de Curitiba com a garantia do direito ao lazer dos integrantes do grupo de cadeirantes “A união faz a força”.
5. Cidadania sob a perspectiva da acessibilidade: o lazer nas praias de Salvador, Bahia	Verde <i>et al.</i>	2020 Capes	Acessibilidade. <i>Directory of Open Access Journals</i>	O objetivo geral da pesquisa debruça-se a analisar a acessibilidade às praias de Salvador, opção pública de lazer, relacionando-a com os modais de transporte urbano e a requalificação da orla.
6. Acessibilidade de pessoas com deficiência física aos espaços públicos de lazer do município de Cascavel - PR	Scheffer; Graeff e Awad	2016 Capes	Acessibilidade. <i>Fiep Bulletin</i>	O objetivo deste estudo é identificar se os espaços públicos de lazer da cidade de Cascavel – PR disponibilizam de estrutura arquitetônica que permita o acesso de uma pessoa com deficiência física (cadeirante).
7. Acessibilidade para pessoas com deficiência física em locais de lazer	Pivetta <i>et al.</i>	2020 Capes	Acessibilidade. <i>Directory of Open Access Journals</i>	Este trabalho teve como objetivo identificar a acessibilidade dos espaços de lazer do município de Santa Maria, RS para pessoas com deficiência física.
8. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas	Caravage e Oliver	2018 Capes	Políticas Públicas. <i>Revista Movimento</i>	Embora este estudo traga o contexto específico de um município do estado de São Paulo,

com deficiência				buscou-se uma visão ampliada sobre a constituição dos programas esportivos e demais políticas públicas a partir da compreensão da organização, das disputas internas, da política pública resultante e dos atores que compõe a rede.
9. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e Lazer	Mazzotta e D'Antino	2011 SciELO	Participação Social. <i>Revista Saúde e Sociedade</i>	Este artigo tem o objetivo de discutir algumas questões envolvidas na compreensão e concretização da inclusão social das pessoas com deficiências.
10. O lazer e a pessoa com deficiência física usuária de cadeira de rodas: investigando a participação social	Beltrame	2022 Capes	Participação Social. <i>Revista Saúde e Sociedade</i>	Este estudo tem como objetivo responder à seguinte pergunta: em que perspectiva se inscreve a participação social no lazer de adultos com deficiência física usuários de cadeira de rodas em cenários de microparticipação social?

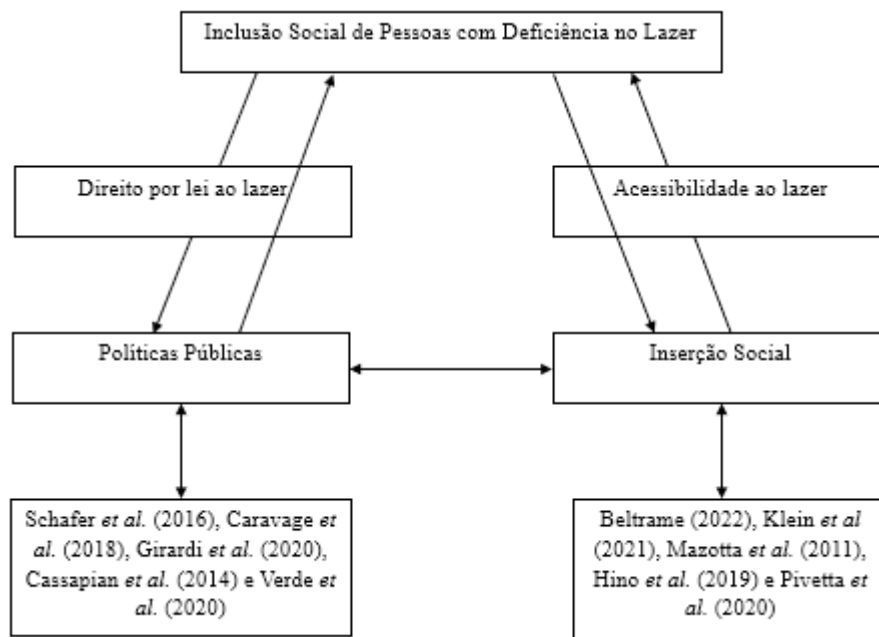
Fonte: Elaboração do autor.

Discussão

O objetivo deste trabalho é analisar e investigar a inclusão social de pessoas com deficiência no lazer e a sustentabilidade ecológica por meio de uma revisão sistemática. Os estudos trazem o conceito de lazer com o significado de atividades praticadas nos tempos livres, como divertimento, entretenimento, distração, recreio e descanso, como também aquilo que se escolhe para propiciar o sentimento de bem-estar.

Por meio do diagrama a seguir, ao abordar o tema central desse artigo de revisão, pode-se concatenar diferentes informações obtidas no estudo, de um modo visualmente organizado. Partindo do objeto de estudo: “Inclusão Social de Pessoas com Deficiência no Lazer”, encontramos duas subdivisões de conceitos: “Direito por lei ao lazer” e “Acessibilidade ao lazer”. Conectadas a essas categorias, estão ligadas as “Políticas Públicas” e a “Inserção Social”, respectivamente, e os autores dos artigos selecionados, agrupados conforme seus enfoques.

Figura 2: Diagrama das abordagens de conceitos



Fonte: Elaboração do autor

No total, dos dez artigos selecionados, sete possuem em seu título a palavra “acessibilidade”; os demais artigos, as palavras “políticas públicas”, “participação social” e “inclusão social”. Seis estudos pesquisaram o lazer em espaços públicos urbanos, entre eles parques e praia. Os demais artigos não especificaram o local de lazer das pessoas com deficiência. Destaca-se que dois trabalhos abordaram as pessoas usuárias de cadeira de rodas, um a deficiência intelectual, um outro a deficiência visual e, por fim, um a deficiência física. Os demais estudos abordaram as pessoas com deficiência, sem especificá-la.

Outro importante resultado obtido foi a inexistência de artigos que abordem o lazer e a sustentabilidade ecológica, a qual se divide em três campos: o social, o econômico e o ecológico. Deve-se ter a clareza de que não existe uma única forma de entender a sustentabilidade, sendo importante considerar os diversos elementos que estão a ela vinculados. Atualmente, tomamos consciência de que o sentido da nossa vida não está separado do sentido que construímos para o próprio planeta. Dessa forma, o

conceito de sustentabilidade ecológica aborda a maneira como se deve agir em relação à natureza e tem como objetivo a preservação do planeta e o atendimento das necessidades humanas.

A falta de consciência, a indiferença e a apatia criam um cenário alarmante para o futuro. Justamente por isso, é importante repensar o lazer e suas possíveis contribuições para a sustentabilidade ecológica. As contribuições que o lazer pode gerar para os desafios da sustentabilidade ecológica são muitas. Mas não se pode esquecer que a problemática ambiental, ao invés de diminuir, aumenta gradativamente na sociedade atual, o que é um grande desafio que precisa ser considerado cotidianamente por todos e não somente por estudiosos do assunto.

Dumazedier (2008) afirma que o lazer se constitui enquanto um fenômeno da sociedade moderna e está associado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, o que conseqüentemente faz com que se tenha uma transformação na atribuição e no uso do tempo. Para esse autor, o lazer deve ser compreendido como uma atividade em que o tempo, que no caso é o tempo livre disponível após o cumprimento de todas as atividades obrigatórias, é destinado única e exclusivamente para um fim: a prática do lazer.

O conceito de lazer nasce na sociedade industrial, inicialmente entre as classes operárias, descrevendo-o como o momento de descanso entre as longas jornadas de trabalho que levavam os operários ao esgotamento físico e mental. Dessa forma, a necessidade de um tempo de folga tornou-se exigência dos movimentos sociais nas lutas por direito e melhores condições de trabalho (DUMAZEDIER, 2008; MAZZOTTA e D'ANTINO, 2011).

No artigo de Scheffer, Graeff e Awad (2016) há um aprofundamento da importância dessa temática ao citar Bramante (1998), que destaca o lazer como uma

dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado por meio de uma experiência pessoal criativa de prazer que não se repete no tempo-espaço cujo eixo principal é a ludicidade.

Beltrame (2022) relata em seu artigo que o conceito de lúdico é entendido como mais abrangente do que o conceito lazer. As atividades lúdicas, tais como os jogos, brinquedos, brincadeiras, têm como base o prazer ou o gosto de realizá-las, enquanto o lazer é, geralmente, interpretado como o tempo para atividades prazerosas com um sentido de descanso das atividades de trabalho ou obrigações.

No geral os artigos ressaltam que tem se observado uma crescente valorização das atividades de lazer para a melhoria da qualidade de vida; no entanto, vale lembrar, o segmento da população de pessoas com deficiências tem sido tradicionalmente desconsiderado nas políticas públicas. Os artigos usaram como base o conceito de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é o mesmo usado para a população total, não trazendo um conceito de qualidade de vida específico para pessoas com deficiências.

Scheffer, Graeff e Awad (2016) reforçam que é necessário que o poder público tenha um comprometimento com o lazer, incluindo aqueles que são excluídos, para que o acesso a uma boa qualidade de vida não seja um privilégio de poucos. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço, e, se o assunto for colocado em termos da vida do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço do lazer é o espaço de todos (MARCELINO, 2002).

Diante das bases de dados, o primeiro ponto a ser discutido são as poucas publicações sobre o tema nos últimos anos. O período no qual foram publicados os estudos foi de 2011 a 2022, mostrando que, no último ano, não foi realizada nenhuma publicação sobre os espaços de lazer para pessoas com deficiência.

O segundo ponto a ser discutido é a escassez de estudos publicados sobre o tema. Na maioria dos artigos, o ponto central de discussão é a acessibilidade aos espaços de lazer disponíveis. Em seu artigo, Klein e Grigoletti (2021) observam que muitos espaços públicos ainda apresentam barreiras que dificultam a sua livre locomoção pelas pessoas com deficiência. Esse grupo enfrenta uma situação de exclusão, não usufruindo seu direito básico de igualdade de condições garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Ainda segundo Klein e Grigoletti (2021), entre os locais que podem ser inacessíveis a esses grupos, estão os espaços livres públicos de lazer. O direito de acesso a esses locais pelos cidadãos está assegurado pela Constituição Federal, por meio do artigo 6º: “são direitos sociais [...] o lazer, [...] na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). No entanto, pessoas com deficiência facilmente encontram barreiras físico-espaciais e atitudinais que as impedem de usufruírem esses direitos.

Considerando a importância da acessibilidade, deve-se entender o seu conceito, quanto aos espaços acessíveis ao lazer por pessoas com deficiência. Conforme a NBR 9050 (ABNT, 2020, p. 2), espaços acessíveis proporcionam condição de “[...] alcance, percepção e atendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...]”. Portanto, a acessibilidade está diretamente relacionada à quantidade e ao nível de barreiras existentes em determinado espaço para o lazer.

Com unanimidade, os artigos indicam que os direitos das pessoas com deficiência são os mesmos de qualquer outro cidadão. Ressaltam que essas pessoas têm outras necessidades pela sua própria condição, as quais devem ser levadas em consideração sob pena de permanecerem excluídas do convívio social. Um dos direitos

dessas pessoas é o acesso ao lazer e a eliminação das dificuldades de acessibilidade aos espaços de lazer.

Para esta revisão sistemática, pode-se dizer que há apenas dois estudos que abordam as políticas públicas como um importante processo de reversão desta realidade. Dessa forma, Caravage e Oliver (2018) discorrem, em seu artigo, que as políticas públicas para pessoas com deficiência, historicamente, foram criadas sob os argumentos da caridade, do assistencialismo e do protecionismo. Mas, a partir de 1970, com a mobilização desses grupos em torno de seus direitos e da declaração do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência (1981) pela Organização das Nações Unidas (ONU), as políticas públicas têm sido debatidas sob a ótica dos direitos humanos.

Sendo assim, os autores ressaltam que, ao se proporem políticas públicas para esse grupo, é importante buscar o equilíbrio entre o geral e o específico, pontos onde se estabelece a tensão, visto que as políticas públicas precisam ter abrangência para atender à diversidade social e à capacidade de se adaptar às especificidades e diferenças da população. As políticas precisam ser intersetoriais, pela complexidade e diversidade do ser humano e de suas necessidades.

Nessa linha a diversidade deve ser valorizada como parte da condição humana. Isso significa que o grupo populacional possui demandas e necessidades específicas que precisam ser atendidas para que possam participar socialmente. Nos últimos anos, destacam-se muitas atividades e ações na área da política pública de âmbito nacional que tratam do direito de participação das pessoas com deficiência em atividades de lazer. Cabe pesquisar a efetiva participação social desse grupo nessas propostas e atividades, como também a eficácia prática do desenvolvimento do lazer pelo poder público.

Para concluir esta discussão, alude-se a um artigo que trata da participação social das pessoas com deficiência no lazer, segundo Beltrame (2022): o que chama atenção, quando apresenta uma justificativa em torno deste tema, é a caracterização do processo de exclusão da pessoa com deficiência. O autor descreve que há um assentimento em torno de um mesmo observatório, o da consensualização da exclusão desse público ao acesso e à participação neste campo da vida social.

Dessa forma, o autor conclui que os espaços não oferecem as garantias afirmadas em lei, o que às vezes implica o próprio questionamento às presenças nos espaços. Diante dessa posição, emergiu em importância a discussão do processo de participação, onde os sujeitos deveriam ser ouvidos naquilo que têm a dizer de forma a contrapor o cenário vigente.

Na presente revisão de literatura, foram apontados e discutidos artigos de uma maneira integrativa. Os estudos relacionados às questões de acessibilidade e sustentabilidade ecológica poderiam ter mais espaço no âmbito do desenvolvimento do lazer para pessoas com deficiência, questões relacionadas principalmente aos direitos estabelecidos por lei. Foi explanando que a falta de adaptações arquitetônicas impacta na perda dos benefícios da prática do lazer. Percebe-se que há poucas pesquisas referente às questões do lazer em ambientes naturais e da sustentabilidade ecológica. Nesse prisma, sugere-se que esses campos possam ser mais explorados.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a prática do lazer e da sustentabilidade ecológica por pessoas com deficiência, permitindo conhecer a produção científica publicada no período de 2011 a 2022, nas bases de dados CAPES e Scielo. Observou-se que são escassas ou inexistentes as pesquisas publicadas

sobre o lazer e a sustentabilidade ecológica na vida das pessoas com deficiência, bem como é pequena a quantidade de sujeitos que integram as propostas e espaços nessa área.

Pontua-se que os temas da acessibilidade e políticas públicas do lazer mostraram-se os mais predominantes nos artigos selecionados e citados. As condições espaciais e as prestações de serviços se correlacionam, o que compromete domínios relacionados à locomoção e à acessibilidade ao lazer, afetando a socialização. Apesar disso, algumas ações desenvolvidas mostraram-se satisfatórias no cumprimento dos objetivos do lazer para o sujeito com deficiência em determinadas pesquisas.

Nota-se que as metodologias de pesquisa utilizadas nos artigos, por mais que reconhecidas e validadas, tornam-se muito genéricas, razão pela qual se recomenda o desenvolvimento de ferramentas e propostas mais específicas para o aprofundamento do lazer e a sua prática por pessoas com deficiência. A atualização das pesquisas também se faz necessária para avaliar as mudanças que ocorrem na vida dos sujeitos com deficiência e como eles percebem sua participação no lazer e na sustentabilidade ecológica. Espera-se que o resultado dessa investigação contribua no planejamento de ações voltadas às pessoas com deficiência, ampliando sua acessibilidade e consciência ecológica, de modo a aumentar sua autonomia e sua independência social e recreativa.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O Nível de Participação do Estado na Gestão do Esporte Brasileiro como Fator de Inclusão Social de Pessoas Portadoras de Deficiência. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**. v.12, n.1, p.77-84, 2004. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/546>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BELTRAME, A. L. N. O lazer e a pessoa com deficiência física usuária de cadeira de rodas. **Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS**, v. 28, p. 2-16, jan./dez.

2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113910>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRAMANTE A. C. Múltiplos olhares: lazer, concepção e significados. **Licere**, v.1, n.1, p.9-17, set. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1552>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 abr. 2017.

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, v. 24, n. 3, p. 987-1000, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.73957>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CASSAPIAN, M. R.; RECHIA, S. Lazer para todos? Análise de acessibilidade de alguns parques de Curitiba, PR. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.004> Acesso em: 10 jun. 2022.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GIRARDI, V. L.; RECHIA, S. A.; TSCHOKE, A. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer. **Educação & Formação**, v. 5, n. 13, p. 95-112, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.1180>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HINO, A. A. F.; RECH, C. R.; GONÇALVES, P. B.; REIS, R. S. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 12, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/kRKSvjWqX4N4L9pdKpSBhyz/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNS - A Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: URL: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 jun. 2022.

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. C. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 12, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/parc.v12i00.8660648> Acesso em: 10 jun. 2022.

MARCELINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Associados, 2002.

MARINHO, V. A. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Revista Motrivivência**: Educação Física, Esporte, Lazer e Meio Ambiente, Ano XVI, n. 22, p.47-70, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184>. Acesso em: 3 jun. 2022.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 377-389, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200010>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MOHER, D. *et al.* Reprint-preferred reporting items for systematic reviews and metaanalyses: the PRISMA statement. **Physical Therapy**, Alexandria, v. 89, n. 9, p. 873-880, 2009.

PIVETTA, L. M.; PONTE, A. S.; ANVERSA, A. C., DELBONI, M. C. C. Accessibility for people with physical disabilities in leisure facilities. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2331>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SCHEFFER, D.; GRAEFF, M.; AWAD, H. Z. A. Acessibilidade de pessoas com deficiência física aos espaços públicos de lazer do município de Cascavel – PR. **FIEP Bulletin On-line**, v. 86, p.933-943, 2016. Disponível em: <http://fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/viewFile/5679/12129>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VERDE, M. R. V.; SANTANA, L. S. G.; MELLO, M. M. C.; CAVALCANTE, M. M. Cidadania sob a perspectiva da acessibilidade: o lazer nas praias de Salvador, Bahia. **DOAJ** – Directory of Open Access Journals, v. 9, n. 7, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4047>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Endereço dos Autores:

Marlon Luís Lucchini

Endereço Eletrônico: marlonlucchini@yahoo.com.br

Gustavo Roese Sanfelice

Endereço Eletrônico: sanfeliceg@feevale.br